



Admonet in somnis et turbida terret imago.

Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

LISBOA 31 DE MAIO.

No *Diario do Governo* lê-se o seguinte :

« Estamos auctorisados para annunciar que no dia 22 do corrente foi assignado na secretaria d'estado dos negocios estrangeiros em Londres, pelos plenipotenciarios de França, Hespanha, Grã-Bretanha e Portugal o protocolo para a intervenção em favor de S. M. a rainha na pacificação da guerra civil neste reino, obrigando-se os seus alliados a cooperar com as suas forças navaes respectivas, nas operações necessarias para conseguir o mencionado fim, e estipulando mais o ministro plenipotenciario de S. M. C. que entraria em Portugal, com o mesmo objecto, um corpo de tropas hespanholas. »

Este annuncio nos termos em que está concebido é falso. Verdade é haver alguma estipulação deshonorosa a respeito de Portugal, mas não é nos termos annunciados pelo governo. Sir Seymour queria que se publicasse o protocolo, e os ministros, seus subalternos, pediram-lhe humildemente que ficasse occulto esse vergonhoso documento o qual podia excitar contra elles o odio de todo o paiz.

O caso é este.

As tres potencias viram que a rainha se tinha proclamado absoluta e commettido crimes atrozes — que o povo por um esforço magnanimo e heroico resistira a essa usurpação das liberdades publicas, e que a guerra se protrahia sem que as forças do governo fossem capazes de a acabar. Viram mais a abjecção com que a còrte pedira a interferencia. As potencias offereceram-se para medianeiras sob estas condições :

« Que a rainha, mesmo a seu pezar, se declarasse constitucional.

« Que reparasse os damnos feitos aos constitucioaes, restituindo-lhes tudo aquillo de que os havia despojado.

« Que expulsasse esse ministerio de 6 de Outubro que era cúmplice em todos os attentados contra a carta e contra as liberdades publicas.

« Que não fossem chamados aos conselhos da rainha os cabralistas e seus adherentes; porque haviam arruinado o paiz suspendendo tres vezes a carta, vendendo as graças e as mercês,

e fazendo da agiotagem um poder do estado. « Que se procedesse ás eleições que a còrte havia proscripto.

« Que se revogassem immediatamente esses decretos expoliadores e liberticidas que a camarilha depois de 6 de Outubro havia publicado. »

Desfavoraveis ao partido popular só havia estas disposições :

« Exclusão dos membros da junta do Porto (mas não dos seus adherentes) do ministerio futuro.

« Amnistia ampla. »

A junta concordára na exclusão porque não ambiciona o poder pelo poder. Bastante gloria tem adquirido; e resignava voluntariamente um cargo donde não tirára senão tribulações.

Mas a junta não podia acceitar uma amnistia no sentido em que a còrte tomára a palavra, e além disso cumpria-lhe pedir garantias da boa fé, e do leal cumprimento das propostas.

Cumpria mais á junta, á sua dignidade, á do paiz que representa, zelar a independencia da nação. Devia tractar de igual para igual, mas não receber condições. Devia deliberar mas não obedecer.

E assim o fez. Nunca houve quem melhor comprehendesse os sentimentos desta nação briosa. A junta bem mereceu da patria. Aceitou a paz honrosa, mas repelliu o vilipendio. Dirá como Francisco 1.º: — *Tout est perdu fors l'honneur.*

A junta não rejeita a paz, mas prefere a guerra á deshonor.

Segundo o que agora se vê no *Diario* as potencias de medianeiras tornaram-se interven-toras.

E quem ha ali que se gozize?

A deshonor, o vilipendio recahe todo sobre a còrte.

A intervenção não é a favor da rainha, é contra ella mesma, e contra o paiz inteiro. Publiquem essas propostas, o preambulo que as precedeu, e ahi se verá a insurreição honrada e a corôa abatida.

Que significa a exclusão dos cabralistas? Segundo os seus órgãos é a condemnação de todo o partido cartista, é a apothese dos que

guerrearão essa ominosa administração, é a censura mais pungente á rainha que tinha ido buscar a essa facção os seus compadres e afilhados!

Que significa a revogação ou annullação de todos os decretos contrarios á carta constitucional, e leis vigentes publicados desde 6 de Outubro proximo passado? Se quereis saber o que é ouvi-o da bocca do José Cabral na sua *Revelação*. É o seguinte, extrahido do numero 3 daquella folha:

«Aquellas palavras equivalem e significam «na da menos que o hasteamento do principio «destruidor das sociedades no alcaçar dos nos- «sos reis — o vilipendio mais ignobil da pala- «vra real — o ludibrio d'uma nação inteira — «a formal e solemne reprovação e derogação «de todos os actos da soberana — mesmo dos «simplesmente graciosos como estreitamente li- «gados aos actos administrativos — a condemna- «ção ignominiosa do antecedente e do actual «ministerio.

«Mas é muito mais amplo ainda o sentido e «espírito dessa injuriosissima e aviltante condi- «ção — quer dizer o seguinte:

«Vós, senhora, que no dia 6 de Outubro «quebrastes o laço que vos unia ao povo por- «tuguez, vinde confessar perante a revolta vos- «so enorme crime, e arrojando o manto real «e a corda de vossos maiores alcançai o vosso «perdão, renegando quanto até agora tendes «feito, desprezando e alijando á voragem da «perseguição o partido que vos ama, que vos «sustenta e que por vós tem arrostado e arros- «ta ainda a morte nos campos da batalha, as «privações nas cidades e as ladigas do pesadis- «simo serviço dos batalhões.

«Os negociadores subcrevendo a tão infame «condição quizeram ser ecco fiel dos coripeus «da aparchia e da revolta, e deixando á rei- «nha apenas o nome por escarneo, como os ju- «deos fizeram ao salvador do mundo, conti- «nuaram na mais insolente apostrophe:

— «Vós, senhora, que offendestes na sua «base o pacto fundamental da sociedade por- «tugueza, tendo ministros que usaram acou- «selhar-vos a assumir todos os poderes politi- «cos, e a tornar-vos assim absoluta para oppri- «mir e perseguir, vinde confessar-vos desher- «dada dessa herança gloriosa que na carta vos «legou vosso generoso pai. . . . «Vós, senho- «ra, que desviastes da caixa da nação 146 con- «tos de réis para os metter nas algibeiras dos «contractadores do tabaco, pretextando para «esse abatimento nos rendimentos publicos pre- «juisos ainda não liquidados, mas só possíveis, «respondei á nação por essa quantia á custa do «vosso patrimonio — porque destruída pelo de- «creto de . . . de 1846 a vossa inviolabilidade, «e immundade constitucional vos tornastes co- «mo vossos ministros solidaria e conjunctamen-

«te responsavel. Vós, senhora, (continuarão ainda) que com o amaldiçoado decreto de 19 «de Outubro passado levastes a fome, a mise- «ria, a morte ao seio de 20 mil familias, que «sob a fé dos contractos publicos e bilateraes «tinham concorrido a sustentar as companhias «por vós levantadas e auctorisadas pelos legiti- «mos poderes do estado — acabai a obra da «destruição, desmantelai de novo tudo depois «que meia duzia de homens, em cujo particu- «lar proveito se commetteu tão monstruoso at- «tentado, tiram delle á custa do thesouro e do «publico o mais escandaloso partido.»

Ahi está o que é a intervenção para a rainha e para o partido cabralista. Assim o diz a *Revelação* folha do José Cabral.

Agora alegrai-vos, cortesãos. Mentis a vós mesmos dizendo que essa intervenção é a favor de S. M., porque acabais de escrever que é o triunfo revolucionario.

O *Espectro* ainda que acredita n'uma grande infamia da côrte, e n'uma resolução precipitada das potencias não acredita com tudo que força estrangeira viole o nosso territorio.

O vapor *Bulldog* sahira daqui a 15 do pas- sado, e ainda não levava a resolução definitiva da junta do Porto. As informações inexactas de sir Seymour, e as asserções falsas do coronel Wilde escandalizado da independencia da jun- ta, foram talvez a causa desse *embroglio* ou pro- tocollo de 22, que ainda não se sabe bem o que é. No dia 19 é que sahiram daqui as pro- postas da junta com as observações da côrte, e é de presumir que chegando ellas a Londres, e estando aberto o parlamento, lord Palmers- ton conheça que foi illudido pelos seus agen- tes, e reconsidere uma decisão injusta e preci- pitada.

O que se vê porém claramente é um systema de intimidação e ameaças summamente ridicu- lo, e o alarde por parte do governo d'uma in- tervenção que não é nem mais, nem menos do que o acabamento da independencia nacional.

Se os alliados pensam que vencem o povo portuguez por protocolos, enganam-se. Se a In- glaterra julga que a vista das suas armadas nos faz tremer, tambem se engana. Se tremermos é de raiva mas não de medo. O *Diario* hoje ahi annuncia que o *Gladiator* no Porto abrin- do as portinholas não atterrara ninguem, e que o conde das Antas com os bravos do seu com- mando se preparára para receber a visita dos filhos da soberba *Albion*.

Temos orgulho deste procedimento. Sabemos morrer mas não nos sabemos deshonrar. Se que- rem que a junta ceda hão de carregar com o odioso d'uma invasão. Pois metter-se-ia na ca- beça a tres nações poderosas (não dizemos bem aos seus governos) que os populares portu- guezes largavam as armas com o medo do pa- pão?!

Como se enganam connosco!

Venham as falanges dessas tres nações, que nos honramos com taes inimigos. Saldanha, Vinhaes, Casal, côrte, tudo isso era muito pouco para nós. Tambem uma só dellas não se podia medir com portuguezes. Oh! venham todas tres. *Arreda Portugal*. Mas aonde ha de caber tanta gente?

E o que dirá o mundo! Pois acham-se pejudadas de batalhões as columnas do *Diario*, são tantas as condecorações que se teem distribuido por brilhantes feitos d'armas, e depois disso conclue-se por uma intervenção? Se são tão valentes para que chamam os estranhos; e se são fracos para que teem repartido tanta fita?

Que dirá o parlamento inglez e aquella generosa nação quando virem uma carta do coronel Wilde na qual se diz que as forças populares foram derrotadas (defeated), e que no mesmo paquete ou no seguinte se pede o socorro de tres nações para acudirerem aos vencedores? Pois chamaes tanta gente para submitter os derrotados? Que fariéis vós se fosseis vencidos?

Que dirá o mundo quando ouvir contar que tres nações movidas por principios de humanidade, e para não se derramar mais sangue em Portugal, vem acutilar todo o povo? Como será avaliada essa nova filantropia?

Pois se a intervenção é para não se derramar mais sangue, não pôde entrar aqui força estrangeira, porque essa entrada só teria por consequencia necessaria o derramamento de todo o sangue dos portuguezes livres; e é impossivel crer que os alliados queirã usurpar á nossa corte o vil mister do carrasco para elles o virem exercer.

Esta consideração torna inacreditavel todo o emprego da força, e sem esse emprego o partido popular não cede, porque a nação não pôde renunciar á sua soberania.

As delirações do *Diario* são fracas bases para o raciocinio, porque tudo o que vem naquella folha traz o sello da impudencia e da falsidade. Ainda hoje depois de um arrasado inepto diz:

«O barão de Vinhaes, que se achava proximo de Chaves marcha sobre Villa Real com 1:500 homens.»

Esta descarada falsidade anetorisada pelo ministerio ha de fazer com que os hespanhoes possam avaliar devidamente os devassos que assim compromettem a dignidade do governo, ao qual cumpre ser sempre verdadeiro. No *Comercio* de Cadiz de 23 de Maio lê-se:

«Cartas de Samora annunciam a entrada naquella cidade do general portuguez barão de Vinhaes, que com 500 homens debaixo do seu commando teve que refugiar-se em Hespanha.»

O *Faro* (Farol) jornal de Madrid, órgão principal do partido chamado moderado, escreve sobre o mesmo assumpto:

«O barão de Vinhaes viu-se obrigado a entrar em Hespanha esperando que as tropas de S. M. F. encontrariam aquelle acolhimento que era de esperar de dois governos alliados; porém as auctoridades de Alcaniças julgaram que o melhor modo de mostrar a harmonia que existe entre ambos os governos era desarmar e internar as forças que tiveram a infelicidade de alli se dirigirem.»

Depois deste testemunho insuspeito ouza um governo stulto, indecente e deshonesto escrever que o barão de Vinhaes marcha sobre Villa Real? Não vê que se torna desprezivel aos estranhos, e que não será crido ainda mesmo quando falle verdade porque se tent desacreditado pelas suas torpes mentiras?

Tudo isto torna suspeito quanto vem daquelle fonte impura; mas o *Espectro* calcula todas as eventualidades, e é do seu dever dizer as consequencias de qualquer resolução.

O governo hespanhol desarmou o Vinhaes que fugiu cobardemente diante das forças populares e internou-o com toda a sua força. Ora se a Hespanha desarma e interna os transfugas portuguezes, para que é uma contradança ridicula que consiste em fugirem para Castella as tropas da rainha e em virem para o serviço da rainha as tropas de Castella? Quando a esses castelhanos acontecer o que aconteceu ao barão de Vinhaes aonde serão elles internados?

Mas suppondo que veem todos, e que vencem quereis saber o que acontece? É a conquista do reino, é o *finis Polonivae*. Não sahirão mais. Essa senhora que os chama deixará de ser rainha, chorará mas debalde, e depois de ter concorrido para a morte e exterminio de todos os subditos, quinhoará do seu exilio. As Philipinas serão ainda a sua residencia, e nós no nosso exilio chorando os males da patria teremos o triste sim, mas o unico prazer, de ver castigada na terra a auctora de todos os nossos males.

A imprensa hespanhola exulta de jubilo: parece-lhe ter já nas garras a sua presa, e nem se quer disfarça as suas damnadas intenções. O «Espanhol» diz que «a honra das armas de Castella tomará o logar que lhe corresponde n'um assumpto que é mais politico que militar»; e «a «União» diz que «não podemos hespanhoes renunciar á sua influencia neste reino.»

Influir neste reino é torna-lo dependente. Com essa influencia a rainha não é rainha. O *Espectro* conhece o *Espanhol*. O redactor em chefe daquella folha (o sr. André Borrego) escreveu para Portugal em 1845 a fim de se advogar aqui a união dos dois paizes, quer dizer, a absorpção de Portugal. Vimos essa carta, juramos que ella existiu — fomos convidados para entrar nesse plano tenebroso, e repellimos o presente. Parece-nos que essa carta fôra mos-

trada tambem ao sr. José Feliciano de Castilho, e para honra de todos os portuguezes, amigos e adversarios, devemos dizer que não houve um só que advogasse a causa da nossa morte politica.

O que não se conseguiu então conseguir-se-ha agora, e se essa intervenção se realisar, do que ainda duvidamos, adeos Portugal. Ficámos n'outro tempo sem Olivença, e um só pé que os hespanhoes ponham agora no nosso territorio será assignalado por outra usurpação.

Portuguezes, ás armas, á guerra!

Não é um partido que morre é uma nacionalidade que se perde. A casa de Bragança subiu ao throno depois de uma usurpação de 60 annos; essa casa quer morrer e morre porque destroe o principio da sua existencia. Mas nós é que não nos resignamos assim. Migueis de Vasconcellos ha hoje alguns, mas terão a sorte do de 1640.

Portuguezes, ás armas, á guerra!

Presenceastes a invasão dos francezes? Pois chamaram outra vez as legiões da Gallia contra vós. Pais, acautelai vossas filhas; esposos, tende conta em vossas mulheres; administradores de estabelecimentos pios, escondi as pratas, enterrai os vasos sagrados. Os jacobinos de hoje veem profanar os vossos templos, talar os vossos campos, estragar as vossas searas.

Heroes de 1640, oh! se surgissem das vossas campas, e visseis o que nós vemos

Segunda vez de pejo morrerieis!

Que rainha é essa que não tem subditos por defensores? Aonde está a nação que carece da força de tres potencias para lhe sustentarem um throno?

Mas se a junta acata a realeza, se a invoca no meio do seu martyrio, que rainha é essa que chama os estrangeiros contra os seus proprios subditos que ainda lhe não perderam o respeito? Rainha cega, que mette em sua casa quem a ha de expulsar della, e que sacrifica a nação a uma sucia de bandoleiros que se acham vendidos ao demonio da ambição — rainha em cujo palacio já entra sir Seymour com a maior insolencia, tratando essa senhora, que já foi rainha dos portuguezes, com o maior desprezo e desconsideração!

O futuro de Portugal ahi fica traçado se essa intervenção, em que ainda não crêmos, se realisar. — Correrão rios de sangue, e tamanhos que a rainha beberá nelles sem se abaixar.

E quem sabe os destinos da Providencia! Quem sabe se estará reservada para nós uma grande missão civilisadora! Quem sabe o sentimento que nas almas nobres ha de despertar a nossa sublime dedicação! Quem sabe aonde chegará o nosso electrico entusiasmo? A admiração dos contrarios já nós a captámos. Ainda temos de ver mais. As nossas sympathias hão de crescer na proporção dos riscos que correr-

mos. As fileiras ministeriaes hão se de despovoar para os seus soldados combaterem ao nosso lado.

Não esperamos ver um soldado portuguez entre um hespanhol. Veremos lá o ministerio, os soldados não, que esses teem vergonha.

«Audacia! audacia! sempre audacia!»
Audaces fortuna juvat.

Todo o paiz está sublevado. Os aliados só ameaçam, mas ainda que operem é o mesmo. A nossa coragem augmenta com os perigos. Havemos de vencer, porque a causa é justa e Deos ha de ajudar-nos.

«Sempre a exaggeração da liberdade ou a licença infrene perdeu a liberdade; porque os povos não teem achado — depois de cansados e exhaustos — outro refugio e salvação senão «o poder absoluto de um só.»

O programma ministerial está nas poucas linhas que deixamos transcriptas, e vem publicado no *Diario* de 26 de Maio.

Ainda não vimos mais desaforada e mais insolente proclamação do despotismo; ainda não vimos lombo de jumento, e muito menos de homem, a procurar tão afincada e teimosamente a albarda. Parece que tal gente não dá carreira direita senão bem apertado o freio e cingido á barriga o acicate.

O *Diario* é escripto por um donato que nem sabe a lingua, nem abriu nunca um livro que tratasse de direito publico constitucional; e como não tomasse caminho depois de muitas reprehensões dos seus senhores, encarregou-se um dos ministros de censurar os borrões do tal scriblero. Esta tarefa coube ao sr. Manoel Duarte Leitão. Por isso o que apparece no artigo de fundo tem a sancção ministerial expressa, porque a tacita sempre a teve tudo quanto vem na folha do governo.

Para combater este systema é que se levantou a nação em massa, e para o sustentar é que se chamam os aliados. Nós só apresentamos o texto, e envergonhamo-nos de nesta época lhe fazermos os commentarios.

De Setubal em 28 de Maio ás 7 da tarde nos dizem o seguinte:

Em frente do nosso reducto dos moinhos e do castello de S. Filipe ba outro moinho com uma casa. Durante a noute ouviu-se cavar no tal moinho, que era aonde os Cabraes tinham o seu piquete, e logo que amanheceu viu-se que elles estavam demolindo a casa, e procuravam estabelecer uma bateria naquelle ponto, o que nós não deviamos consentir. Por isso desde logo começámos a fazer fogo de artilharia tanto do Castello, como do Forte Velho, e do redu-

cto de S. Diogo, não o podendo ainda fazer o novo dos moinhos.

Os cabraes vendo romper o fogo da nossa parte, temeram ser atacados, e mandaram uma columna de municipaes e de infantaria n.º 1 pela nossa esquerda em direcção ao mar; depois vendo que nós os não atacavamos, regressaram ao acampamento, fazendo o mesmo outras forças que se moveram na esquerda delles, e na direcção do Forte Velho.

O que se sabe do campo inimigo officialmente é o seguinte:

Rompendo o fogo ás 4 horas e meia da manhã, o Vinhaes só ás 5 appareceu no campo, esteve alli pouco tempo, e foi para o Esteval, que é meia legoa para a retaguarda. Os soldados reputaram mal feito isto e censuraram-no. Uma granada nossa caiu n'uma columna de municipaes, e matou-lhes nove homens além de feridos. Isto certificaram no varios soldados muito bem armados e equipados que d'alli sahiram ás duas horas, e se nos vieram apresentar.

Tres vapores temos agora á vista que parece serem um hespanhol, o Phenix, e outro talvez inglez. Com tudo não impedem a entrada nem a sahida da barra nos navios, que agora mesmo está entrando um.



Publicam-se ahi umas poucas de folhas cabralistas, e quasi todas ellas teem denunciado o *Espectro* ao furor da politica. Essas mesmas folhas declaram-se *clandestinas* e para alardearem as honras d'uma perseguição que ninguem as faz soffrer, d'um sacrificio para o qual não apparece sacerdote, até dizem que *escrevem com o pé sobre o telhado e com o ouvido á escuta para escaparem á vigilancia da auctoridade!!!*

Depois desta confissão os delatores são bem infames. Se não estaes sem peccado para que nos quereis apedrejar? Se a lei deve ser respeitada para que a infringis? E se não o deve ser para que nos accusaes?

O *Espectro* é innocente aos olhos de Deos e á luz da razão; mas sabe que é reputado criminoso perante a côrte. Se é perseguido não se queixa; soffre resignado e nunca accusará o governo por procurar vencer o seu adversario pela força já que o não pôde convencer pelo raciocinio. O que sente, o que lamenta é a perseguição dos innocentes. Discordamos na base do direito: nós julgamos ser o que é justo, o governo quer que o seja a sua vontade. Se ficarmos vencidos entregamos a cabeça ao carasco, se triumphamos havemos de ser generosos.

Não fallamos pois nesses incitamentos baixos para excitarmos compaixão. Não desafiamos o raio, expomos a cabeça descuberta á tormenta. Commemoramos esta circumstancia para fazer obresair a vilania de quem assim procede.

Somos adversarios francos do governo. Derubavamo-lo se podessemos. Julgamos legitima a insurreição contra elle, e prégamo-la. Nunca ella foi tão justificada. Mas vós, cabralistas qua nos accusaes, para que é que infringis as leis? Quem vos persegue?

O *Espectro* vê seus irmãos nas masmorras e nas costas de Africa, o povo opprimido, a liberdade sofismada. Por isso combate a tyrannia.

Mas vós dizeis que tendes a força, que tendes o commando dos batalhões e as armas na mão. Como é pois que abusaes da confiança que o ministerio põe em vós?

Se o governo é bom para que o guerreaes por esses meios licitos ou illicitos como os do *Espectro*; e se é mau para que bradaes a esse governo que puna quem vos ajuda a guerrear-lo?

Sois uns infames, homens sem consideração, e sem fé; homens que vos declaraes martyres ao mesmo tempo que dizeis ser vossa a força do ministerio!

Qual de vós é perseguido e porque? Aonde estão as vossas victimas? Accusaes os ministros de ladrões e traidores, e ao mesmo tempo ajoelhaes diante das suas auctoridades para que nos persigam por querermos derrubar esse mesmo ministerio que vós assim qualificaes?

Se são sinceras as vossas arguições, ou mesmo que não o sejam, nós e vós somos colligados!

E o ministerio não podia hoje legalmente perseguir-nos. Essa lei que contra nós se invoca, elle mesmo a infringiu porque permite o *Boletim de Coimbra* prohibido pela lei, pois que esta não reconhece nenhuma publicação politica além do *Diario*. Invocamos pois a nosso favor a disposição que protege o *Boletim de Coimbra*, e não pedimos o castigo dos que pedem o nosso porque mais serviço estão fazendo á nossa causa do que nós mesmos. Até se diria que trabalham por nossa conta. Esta é a nossa opinião.



Segundo as noticias do *Diario*, os districtos de Coimbra, Vizeu, Guarda, Leiria e Castello-Branco estão todos revolucionados. Os povos correm ás armas por toda a parte contra os cabralistas.

O conde das Antas deu um passeio militar até os Carvalhos, no dia 25, e outro no dia 26 até á Foz.

A junta regeitou o armisticio que os alliados e o Saldanha mandavam humildemente pedir.

No acampamento do Saldanha reina a maior intriga e insubordinação. O honrado marechal está sempre a jogar com a sua cáfila: o mesmo Lopes Branco já denunciou officialmente esta jogatina. E não só jogam o que é seu mas até o pret dos soldados!!!

Ha dias perdeu Saldanha 4:800\$000 rs. ao jogo. Quando chegou o ultimo pret para a sua tropa houve tumulto dos bagageiros pedindo lhes pagassem o que se lhes devia; e com effeito applicou-se o dinheiro dos soldados para os bagageiros; porque o Saldanha, o Ximenes e outros teem muitas bestas de bagagem por sua conta, e até algumas suppostas!!!



N'uma carta d'um alto empregado da Guarda em data de 23 de Maio diz-se « que houve n'quelle districto um levantamento geral do povo contra o governo, e que no dia seguinte se retiravam as auctoridades d'aquella cidade aonde iam entrar as forças nacionaes que haviam proclamado a junta do Porto.»



A correspondencia interceptada que o *Espec-tro* publica é a parte mais interessante delle. E' a avaliação do espirito publico pelas anctoridades do governo, cujo testemunho não pôde ser recusado.

Temos grande cópia desses documentos que não podemos publicar de prompto, mas serão todos dados á luz em tempo e occasião opportuna. Hoje mimoseamos o paiz com dois mui curiosos — um é o officio do commandante da 6.^a divisão militar a declarar que os povos do districto de Castello Branco, terra natal do sr. Proença, não se querem alistar nas fileiras do governo por mais batalhões que se criem nas columnas do *Diario*; o segundo é um officio muito conceituoso do sr. João Elias que *conce-beu*. Ahi vão os documentos:

« 6.^a divisão militar.—Illm.^o e exm.^o sr.—Tenho a honra de communicar a V. ex.^a em additamento ao meu officio de 14 do presente mez, para ser levado ao conhecimento de S. M. a a rainha, que no districto de Castello Branco, não tem sido possivel organizar corpos nacionaes, pois que apesar de todas as diligencias que se teem feito, apenas se puderam formar dentro desta cidade duas companhias, unica força que actualmente tem o batalhão nacional cartista de caçadores de Castello Branco, e dos povos fóra desta cidade por mais que se recomende ás auctoridades civis e pessoas influentes ninguem vem alistar-se, o que só se conseguiria por meios violentos de prisão para o que seria preciso empregar toda a diminuta força de linha que aqui tenho, e que por agora se acha nas immedições de Alpedrinha junto ás serras da Soalheira commandada pelo capitão Liz de cavallaria n.^o 8, porque a guerrilha do Fabião tornou a reunir e vai augmentando protegida

pelas serras, donde com tão pouca força não é possivel bate-la por causa das montanhas que só cançam sem proveito a tropa desconhecedora do terreno.

Quanto ao batalhão que se mandou organizar na Covilhã julgo não poder levar-se a effeito, porque dalli não tenho tido resposta aos meus officios por terem sido roubados os correios, e só o administrador do concelho do Fundão tem reunido uns 70 populares armados com caçadeiras, com os quaes vai fazendo algum serviço.—Deos guarde a V. ex.^a—Quartel general em Castello Branco, 21 de Maio de 1847.—Illm.^o e exm.^o sr. ministro e secretario de estado dos negocios da guerra.—*Bernardo Gouvea Pereira*, brigadeiro graduado, commandante interino da 6.^a divisão militar.» (Identifica se expedi u ao Saldanha.)



O sr. João Elias a conceber.

« Illm.^o e exm.^o sr.—Levo ao conhecimento de V. ex.^a, que tendo eu concebido suspeitas de revelação do segredo do serviço do telegrafo contra uma praça da guarnição do mesmo telegrafo desta villa; communicando-o ao sargento commandante, achei que elle não deixava de ter aprehensões no mesmo sentido, exigindo uma parte, que levando-a ao conhecimento do seu commandante, recebeu ordem para a praça reunir-se ao corpo.

Esta em logar de partir logo, na conformidade da guia, para essa cidade, e de receber as ordens do governador militar desta villa, soube-se que se demorou aqui um dia, ou mais, e que andára declamando contra o sargento, attribuindo-lhe factos, de que não ha aqui conhecimento, e me parecem calumniosos, o que produziu um acto de insubordinação em alguns soldados, e sargentos do batalhão nacional do Algarve, prendendo junto á noite o sargento commandante do telegrafo, levaram-o para o seu quartel, onde acudiu logo o governador militar, que o soltou.

Eu não tenho provas da revelação do segredo, nem esperei alcança-las, o que é difficil; entendo que este é dos casos, em que se deve obrar por meras suspeitas, aliás o mal tornar-se-ha irremediavel; o que porém merece a attenção do chefe do corpo telegrafico, é o procedimento da praça mandada retirar, o que provado, requer exemplar castigo, em quem o merecer.—Deos guarde a V. exc.^a—Santarém 23 de Maio de 1847.—Illm.^o e exm.^o sr. ministro e secretario de estado dos negocios do reino.—O governador civil, *João Elias da Costa Faria e Silva*.»